

## A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história\*

Leda Maria Paulani\*\*

Na segunda década deste século XXI, o Brasil entrou definitivamente na moda. Em meio a um mundo em que a crise dá o tom, a economia brasileira paira altaneira, apesar de suas não tão espetaculares taxas de crescimento, dizendo-se sobre ela, até mesmo, que estaria inventando uma nova forma, “mais criativa”, de garantir o sucesso econômico. Como entender o que está se passando? Estaria o país, depois de quase três décadas de estagnação e crescimento pífio, retomando uma trajetória sustentada de crescimento? Mas, mais importante, estaria nossa economia finalmente resgatando a autonomia e o poder soberano que chegou a vislumbrar em meados do século passado? Estaria então o governo tornando-se novamente “desenvolvimentista”?<sup>1</sup> Do ponto de vista da economia política, para cujo *approach*, a História não só importa como é determinante, não é possível responder com propriedade a tais perguntas sem resgatar as diferentes fases pelas quais passou a economia brasileira desde seu início. Esse resgate, porém, não é factual, tarefa tão impossível de realizar no exíguo espaço

---

\* Artigo escrito a partir da apresentação feita pela autora no colóquio *Logros e Retos del Brasil Contemporáneo*, ocorrido nas dependências da UNAM, na Cidade do México, de 24 a 26 de agosto de 2011. Uma versão reduzida do mesmo artigo foi publicada no boletim especial do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão de pesquisa econômica e social do governo federal do Brasil.

\*\* Professora titular do Departamento de Economia da FEA-USP e do Pós-graduação em Economia do IPE/USP

<sup>1</sup> Não é o caso aqui, nem haveria espaço para tanto, de discutir o exato significado não só do desenvolvimentismo, como também do assim chamado “novo-desenvolvimentismo”, termo que a atual fase otimista acabou por trazer à baila. Contudo, como algumas referências deverão ser feitas sobre isso ao longo do texto, vamos adotar a definição de Gonçalves, que nos parece clara e sintética ao apresentar, conjuntamente, seus principais traços: “O nacional-desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo” (2012, p.6)

de um ensaio, quanto inadequada com relação ao *approach* que exige o dito resgate. Trata-se, ao contrário, de um resgate que busque o sentido da inserção do Brasil no sistema mundial capitalista em cada um de seus momentos, com um debruçar mais demorado evidentemente nas etapas mais recentes.

Isto posto, é triplo o objetivo desta nota: 1) discutir o sentido da inserção da economia brasileira no movimento de acumulação capitalista em nível mundial em cada uma de suas fases; 2) indicar o papel do Estado nas etapas mais recentes desse processo; e 3) discutir a forma de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado de hoje, bem como suas perspectivas. A tese que se buscará demonstrar é que, para além de algumas transformações que vêm ocorrendo no plano social, mas que não chegam a se constituir em mudanças estruturais, é palpável a financeirização do processo de acumulação, sendo o *status* de potência financeira emergente a principal marca da economia brasileira hoje.

Para tanto, será feita inicialmente uma breve retrospectiva histórica visando destacar as diferentes fases pelas quais passa a economia brasileira em sua relação com o capitalismo mundial. Na sequência, será feita uma análise mais aprofundada dos anos 1980, 1990 e 2000, década esta última que, a nosso ver, consolida a posição da economia brasileira como potência financeira emergente. As duas seções finais retomam os principais pontos da exposição, refletindo sobre o papel que o Estado teve e tem nessa história e apresentando indicações prospectivas.

### **Uma Breve Retrospectiva Histórica**

Da plataforma teórica a partir da qual será feita a análise aqui proposta e que segue a trilha aberta pelos mestres de nossa economia política (Caio Prado, Celso Furtado, Chico de Oliveira), podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. Conforme antecipado na introdução, é necessário resgatá-las para recuperar o fio corrente da história e considerar dessa perspectiva a situação hoje experimentada pelo Brasil, bem como suas possibilidades nas próximas décadas.<sup>2</sup>

A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, onde o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva<sup>3</sup> então em curso. Inicialmente, nosso país se coloca, portanto, como parte subordinada de um movimento que tem seu motor principal na Europa e que constitui a etapa primeira da afirmação do modo de produção capitalista em nível mundial.

Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos assentados, cada um deles, em produtos qualitativamente distintos. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, o Brasil vai funcionar como alavanca da acumulação no Centro,<sup>4</sup> singrando ao sabor de um processo determinado

---

<sup>2</sup> Retomo, nesta e na seção seguinte, considerações já feitas em Paulani e Pato (2005) e Paulani (2008).

<sup>3</sup> Não custa assinalar que o termo é utilizado aqui no sentido a ele atribuído por Marx.

<sup>4</sup> Evidentemente o termo faz parte do par conceitual “Centro/Periferia”, basilar no *approach* teórico aqui utilizado.

desde fora, em tempos de consolidação e afirmação do modo capitalista de produção. Apesar de bastante longo, e, em vários outros aspectos, muito diferente em seus vários momentos, do ponto de vista que aqui nos concerne, esse período possui uma similaridade formal, na medida em que, de ciclo a ciclo, o país vai desempenhando sempre o mesmo papel, ofertando sempre o mesmo tipo de bem. Os produtos agrícolas e matérias primas aqui produzidos garantiam o sucesso da acumulação capitalista nos países centrais e mantinham a natureza heterônoma da economia brasileira.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 1930, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Furtado, o “deslocamento do centro dinâmico da economia”, abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia e à demanda domésticas.

Abre-se assim, na terceira fase que então se inicia, a possibilidade da construção de uma economia nacional autônoma, em que o Estado tivesse o comando do ritmo e dos rumos do processo de acumulação. Entre os anos 30 e meados dos anos 50, com a segunda grande guerra de entremeio, construiu-se na prática essa perspectiva, que poderíamos chamar “desenvolvimentista”, a qual visava ordenar de forma soberana o movimento de *catching up* da economia brasileira, de modo a tornar a industrialização o instrumento de um efetivo desenvolvimento do país.

Não seria dessa vez, no entanto, que o país deixaria para trás sua crônica dependência do Centro e ganharia autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação,<sup>5</sup> o capital do Centro do sistema parte em busca de novos espaços de valorização e vai encontrar na economia brasileira, nos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido.<sup>6</sup> Como o projeto nacional-popular não havia se consolidado de vez e tampouco as elites estavam muito firmes em seu propósito de lutar pela inserção soberana de nossa economia no capitalismo mundial, o país tornou-se rapidamente objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora.<sup>7</sup>

Mas a crise que se adiará nos anos 1950 e 1960, entre outros expedientes, pelo citado deslocamento espacial dos capitais do Centro,<sup>8</sup> tornou-se inevitável nos anos 1970, engendrando uma série de transformações que viriam alterar sobremaneira a feição da acumulação tanto dentro quanto fora do Brasil. Começa a se constituir aí aquilo que viria a ser chamado de “financeirização”, indicando um processo em que a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira. Para o Brasil, ao processo determinado desde dentro, mas comandado pelo capital de fora,

---

<sup>5</sup> Utilizo o termo aqui no sentido que a ele lhe dá Harvey (2006).

<sup>6</sup> Guardadas as diferenças regionais, que não são poucas, bem ao contrário, essa afirmação é, em certa medida, válida para todo o continente latino-americano. Não há dúvida, porém, que foi no Brasil, até pela dimensão de seu território e população, que ele se configurou da forma mais plena, tornando-se paradigmático.

<sup>7</sup> Para uma análise mais aprofundada das consequências desse arranjo para a economia brasileiro veja-se Freitas (2012).

<sup>8</sup> Outro desses expedientes foi o estiramento do crescimento da economia americana nos anos 1960, que acabou por redundar no rompimento de *Bretton Woods* no início da década de 1970.

acrescenta-se agora a instalação da lógica financeira na cabine de comando do processo de acumulação em nível mundial.

Constituindo a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, esse novo regime de acumulação<sup>9</sup> vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro. É o modo de inserção do país nessa nova fase que o torna um dos principais personagens da chamada “crise das dívidas dos países latino-americanos” que acontece nos anos 1980, e que foi responsável por pelo menos duas décadas de estagnação na economia brasileira.

Fortalecido nos anos 1980, ao encontrar no neoliberalismo o discurso e a prática de política econômica condizentes com as necessidades dessa nova etapa da história capitalista mundial, o crescente movimento de financeirização vai transformar o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, inaugurando, nos anos 1990, a quinta e atual fase da história da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação.

A forma encontrada pelo país para escapar da armadilha constituída pelo binômio “crise da dívida-alta inflação”, que marcou a fase anterior, foi a completa submissão de sua política econômica às exigências dos credores, em outras palavras a adoção do discurso e da prática neoliberais. O desdobramento desse processo vai colocar o país como uma permanente fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital ciano que

---

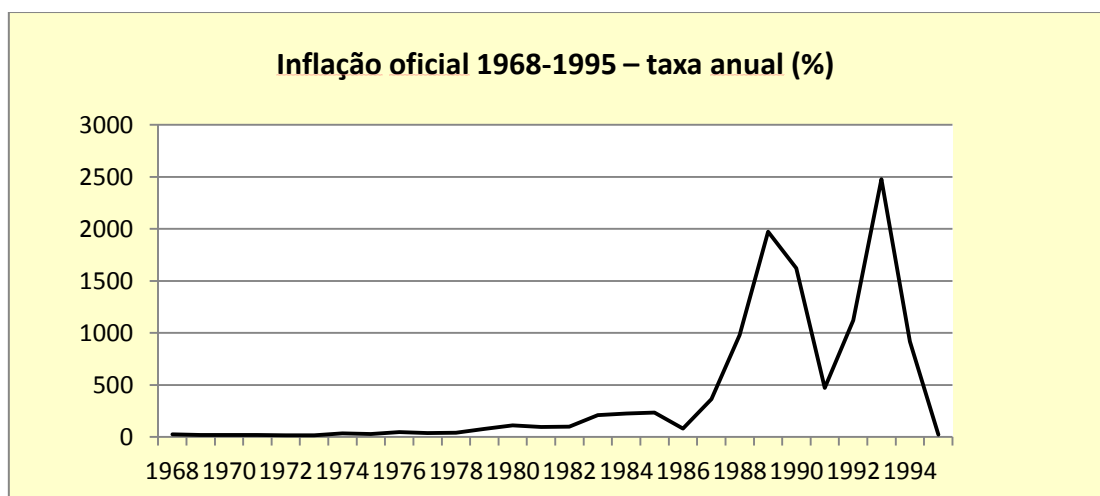
<sup>9</sup> O termo “regime de acumulação” é uma das pernas do par conceitual “regime de acumulação/modo de regulação” criado pela chamada escola francesa da regulação (Michael Aglietta, Robert Boyer etc.) e utilizado, para dar conta dessa nova fase da história capitalista, entre outros, por Chesnais (1998).

gira o mundo buscando as aplicações mais lucrativas. Nos momentos de crise, o superlativo ganho aqui oferecido é garantido pelos píncaros alcançados pelas taxas de juros e pela desvalorização aguda de ativos financeiros e não financeiros. Em momentos de calma ele é garantido pela combinação de taxas reais mesmo assim muito elevadas com a tendência à sobrevalorização da moeda doméstica, num movimento que se auto-reforça e garante ganhos cada vez maiores.

Concluído o prometido périplo histórico, detenhamo-nos então, com um pouco mais de vagar, nas duas últimas fases do processo aqui descrito.

### **Anos 1980 – Crise da dívida e alta inflação: o Brasil como vítima da financeirização**

Com a crise do petróleo deflagrada ao final de 1973 e com a opção pelo endividamento externo que aí se gerou, o potencial inflacionário do arranjo brasileiro assentado nos mecanismos de indexação tornou-se ato. O segundo choque do petróleo e o choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, abriram um período de 15 anos de elevadíssima inflação que só encontraria término, depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994.



Fonte dos dados primários: Ipeadata. Elaboração Própria

Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar, por suas próprias forças, os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos 140 bilhões de dólares a título de juros, mais 180 bilhões em amortizações. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

#### **Anos 1990: a resolução das pendências e as providências para o ingresso ativo na financeirização**

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluente mercado financeiro internacional, que ia se tornando cada vez mais robusto. O Estado brasileiro, pelas mãos de Collor/Itamar e depois FHC, abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização. A primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, o que foi conseguido através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos aos capitais externos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais.



A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país. Assenta-se assim uma das bases do sucesso do Plano Real, elaborado ao final de 1993 pela equipe de Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro da fazenda, tendo sido a outra base o funcionamento por 4 meses de uma moeda virtual indexada diariamente.<sup>10</sup> A estabilização monetária da economia foi a segunda das duas providências fundamentais tomadas pelo governo brasileiro no sentido de viabilizar o ingresso ativo do país na era da financeirização: com taxas de inflação pouco civilizadas como as então existentes, não só o cálculo capitalista fica dificultado, como fica também praticamente inviabilizado o cálculo rentista, substrato dos processos de valorização financeira.

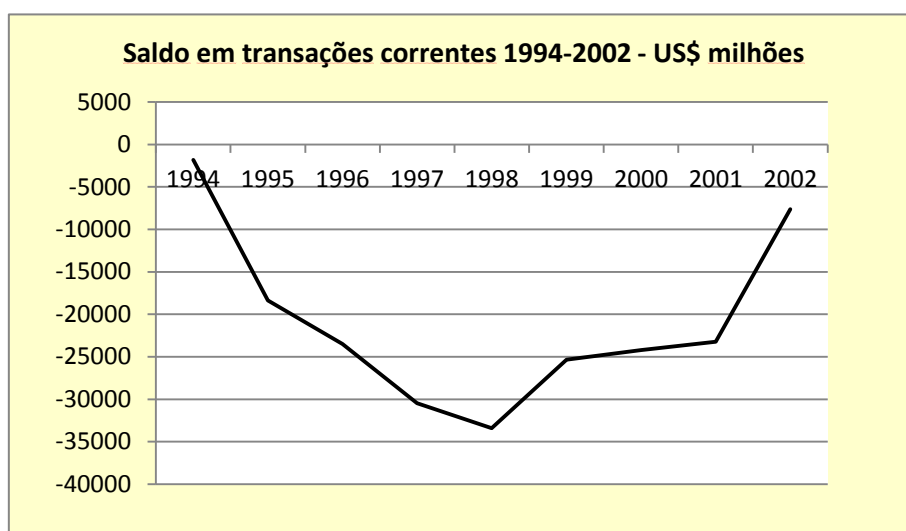
A partir da estabilização monetária produzida pelo Plano Real, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários) e deslanchou-se o processo de privatização. Ao longo do primeiro mandato de FHC, essas medidas foram vendidas como necessárias para modernizar institucionalmente a economia brasileira e viabilizar sua inserção na nova economia globalizada. Seus gestores, no entanto, sabiam que o fundamental era colocar o Brasil

---

<sup>10</sup> A moeda virtual diariamente indexada (URV) que existiu entre 1º de março e 30 de junho de 1994 foi sem dúvida o remédio tecnicamente correto para domar uma inflação com as características da brasileira, mas a estabilização correria sério risco sem um substantivo colchão de reservas que garantisse o valor da nova moeda.

no circuito da valorização financeira, pois, se bem sucedida, a operação viabilizaria a absorção de poupança externa que a sobrevalorização da nova moeda requeria.

O segundo mandato de FHC (1999-2002) começa sob a égide da crise cambial deflagrada pelas várias rodadas de crise das moedas de países menos desenvolvidos (México, países asiáticos, Rússia). Como consequência da crise muda-se o regime cambial do país, que se torna então flutuante, e adota-se o regime de metas inflacionárias, com políticas monetária e fiscal ainda mais rígidas. O afluxo de capitais e a poupança externa continuaram, no entanto, expressivas, pois, apesar da desvalorização da moeda brasileira imposta pela crise, o elevado diferencial de juros interno-externo impediu um ajuste maior. Além disso, a reação das balanças comercial e de serviços às mudanças no câmbio não é tão imediata e as transações correntes continuaram negativas.



Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

É só em 2002, com a nova e forte desvalorização sofrida pelo real em função da especulação gerada com as eleições presidenciais e a possível vitória de Lula, que esse

resultado começa a se reverter, para voltar para o mesmo curso três anos depois. Adentramos com isso a investigação dos anos 2000.

### **Anos 2000: a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado**

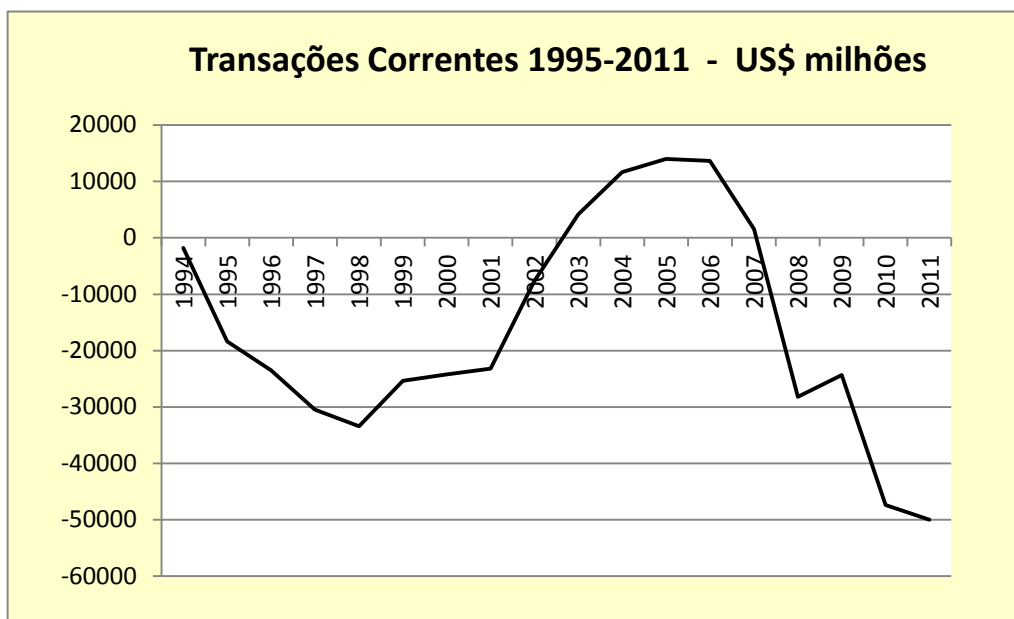
Com a ascensão de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal a política econômica não muda. A liquidez é rigidamente controlada (logo de início a elevação do compulsório dos bancos cortou em cerca de 10% os meios de pagamento da economia), os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio FMI. Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira.<sup>11</sup> Com isso, vai se afirmando a forma prioritária de inserção da economia brasileira no processo de acumulação de capital em nível mundial, o que não é sem conseqüências para a forma de sua inserção produtiva.

No primeiro mandato de Lula, a desvalorização da moeda em conjunto com a ascensão dos preços das *commodities* provocada pelo efeito China fez com que as contas externas brasileiras voltassem a apresentar resultados positivos em transações correntes. No segundo mandato de Lula, porém, a contínua revalorização da moeda

---

11 Por exemplo, as possibilidades cada vez maiores que vão tendo os exportadores para não internalizar as divisas obtidas com suas vendas.

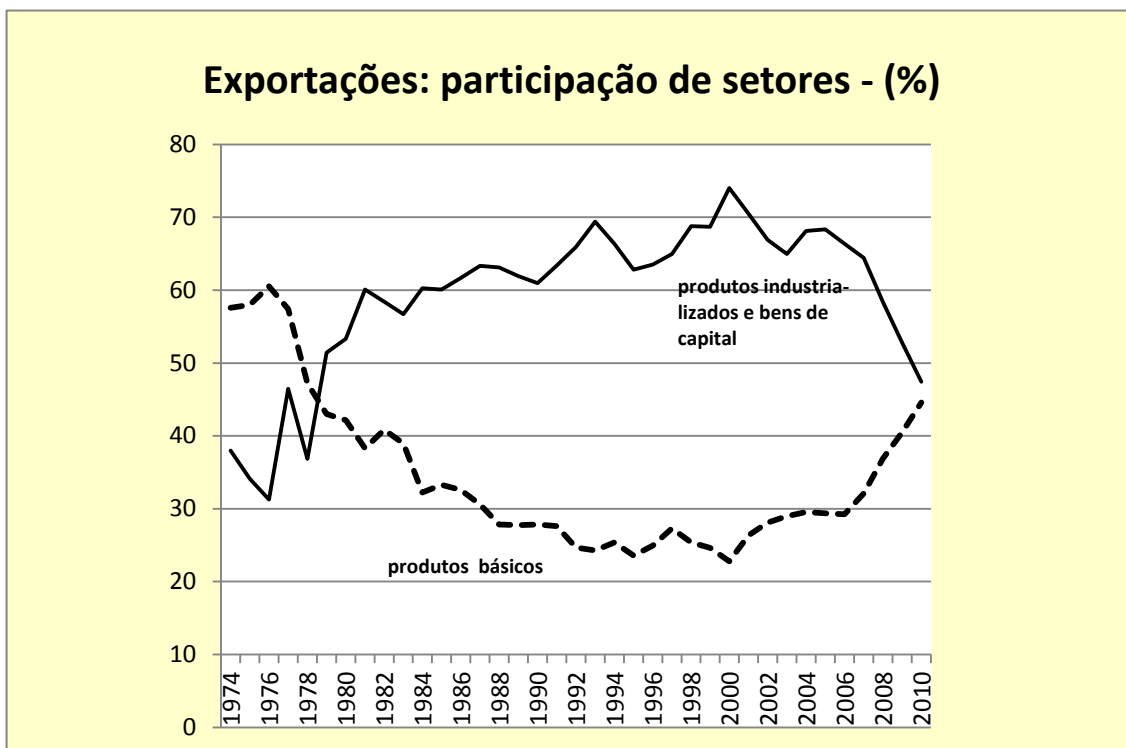
combinada com a queda dos preços das *commodities* após a crise de 2008 fez os déficits em transações correntes voltarem com força.



Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil. Elaboração própria

Antes da crise de 2008, os elevadíssimos juros reais somados aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização de nossa moeda fazia do país o paraíso dos ganhos rentistas. Logo depois da crise, a modesta desvalorização do real não é suficiente para compensar as elevadíssimas taxas reais de juros que ainda permanecem internamente: apesar de sua queda ao longo de 2009 elas continuam a ser extremamente atrativas, num momento de taxas internacionais irrisórias ou mesmo negativas. Além disso, tão cedo quanto no início de 2010 elas voltam a subir fortemente, tendência que só é revertida já na gestão Dilma, a partir de agosto de 2011. O resultado conjunto desses movimentos não poderia ter sido outro: a economia brasileira afogada em dólares e a moeda doméstica em permanente estado

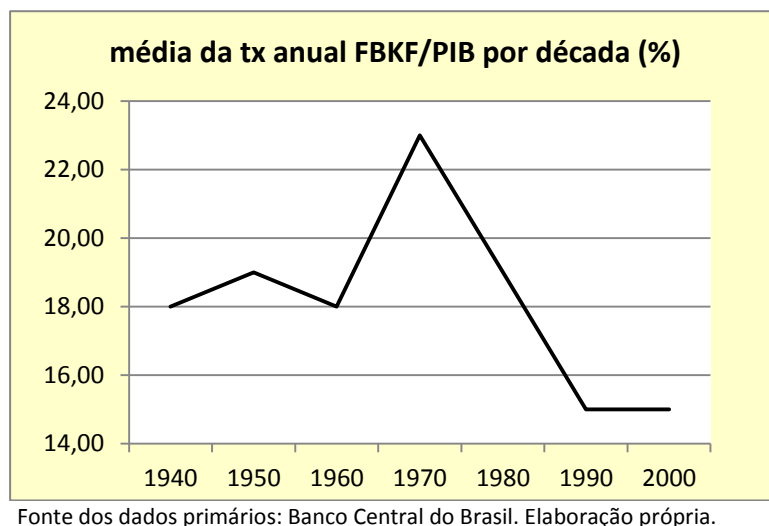
de sobrevalorização. Do ponto de vista produtivo, isto significa desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações do país (vide gráfico).



Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A reprimarização da pauta de exportações é o outro lado da nova forma de inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação. Garantindo ganhos em moeda forte dos mais elevados do mundo, o país torna-se um agente ativo do processo de financeirização em curso, absorve continuamente poupança externa e pode conviver com déficits em transações correntes que elevam-se a cada ano.

Mas há outros dados que indicam a financeirização do capitalismo brasileiro. Um dos mais significativos é aquele que mostra que, nas duas últimas décadas, a relação FBKF/PIB não recuperou sequer o resultado que conseguiu na conturbada década de 1980, mesmo com a recuperação do crescimento econômico na segunda metade dos anos 2000.



De outro lado, o regime de crescimento vigente na economia brasileira pós-Plano Real apresenta elevadas taxas de lucro macroeconômico, com taxas muito baixas de acumulação de capital produtivo. Além disso, verifica-se queda na propensão a investir no período 1990-2006, quando comparado ao período 1966-1980, bem como a multiplicação por 3 da razão entre estoques de ativos financeiros e estoques de ativos produtivos, considerados os mesmos dois períodos (vide quadro abaixo).

Itens	1966-1980	1990-2006
Taxa de crescimento da taxa de lucro macroeconômico (%) <sup>12</sup>	-0,72	2,06
Taxa de crescimento da propensão a investir dos lucros (%)	1,65	-1,70
Taxa de crescimento da taxa de acumulação do capital produtivo (%)	12,19	5,55
Razão estoque de ativos financeiros/estoque de ativos produtivos	7,36	21,23

Fonte das informações: Bruno (2009)

<sup>12</sup> A taxa de lucro macroeconômico é calculada a partir da relação entre quatro variáveis: a participação dos lucros no produto, a taxa de utilização da capacidade produtiva instalada, a razão produto potencial/estoque de capital fixo produtivo e a razão entre os preços do produto e o preço do capital. Uma forma alternativa é calculá-la a partir da relação entre a produtividade do capital e as parcelas salarial, financeira e fiscal no PIB. Nessa versão, os valores encontrados para a taxa de variação dessa taxa (que tem nesse caso a designação “taxa real de lucro” ou “taxa média de lucro empresarial”) são 0,09 e 1,63 para os períodos 1966-1980 e 1990-2006, respectivamente. Essa, como as demais relações apresentadas no quadro, foram calculadas por Bruno (2009) a partir dos dados das Contas Nacionais do IBGE e do IPEADATA.

Além disso, o patrimônio dos grupos empresariais que atuam no setor financeiro cresceu 71,7% entre 2003 e 2008 (Costa Pinto, 2010), enquanto o PIB cresceu 28% no mesmo período.

Do ponto de vista externo temos a seguinte situação:

Item	Período 1994-2011
Crescimento Real do PIB	78%
Crescimento das Despesas com Rendas do Balanço de Pagamentos	414%
Crescimento das Despesas com Investimentos Diretos (Balança de Rendas)	574%
Crescimento das Despesas com Investimentos em Carteira (Balança de Rendas)	1.893%
Crescimento das Despesas com Títulos de Renda Fixa (Balança de Rendas)	2.171%

Fonte das informações primárias: IBGE e BACEN - Elaboração própria

Os dados falam por si ao demonstrar o absoluto descompasso existente entre a velocidade de crescimento da geração de renda no país e a velocidade de crescimento da captura de renda por rentistas externos, diferença que fica ainda maior no caso das despesas com investimentos em carteira (incluindo títulos de renda fixa), típicas do regime de acumulação liderado pelas finanças. É bem verdade que, considerados isoladamente, os valores absolutos das rubricas não assustam muito (em 2011, por exemplo, foram US\$ 8,4 bi e US\$ 19,2 bi em despesas com títulos de renda fixa e com investimentos totais em carteira, respectivamente). Mas continuando a crescer na velocidade com que vêm crescendo, rapidamente ficarão preocupantes. Além do mais, quando consideramos a balança de rendas como um todo, assume outras proporções o volume de recursos em moeda forte necessário para fazer frente aos requerimentos exigidos não só pela riqueza financeira, como também pela riqueza real operando

dentro do país (como vimos, já há quase seis décadas há aqui uma substantiva presença de investimentos externos, os quais só fizeram crescer uma vez deflagrado o processo de privatização). Assim, o volume das despesas relativas a investimentos diretos foi de US\$ 31,7 bi em 2011, perfazendo um total de despesas com rendas de US\$ 58,1 bi no mesmo ano, número esse muito longe de ser desprezível.

Assim, apesar do expressivo crescimento das reservas (o que não se dá sem custo, em particular se lembrarmos das elevadas taxas de juros vigentes no país desde 1994), não se pode dizer que nossas contas externas estejam seguramente estruturadas. Ao contrário, elas padecem de uma fragilidade congênita, uma vez que estão assentadas na fortíssima absorção de poupança externa. Isso fica visível quando comparamos o nível atual dessas reservas com os valores relativos aos estoques de ativos de não residentes no Brasil. O quadro abaixo traz essas informações, retiradas da *Posição Internacional de Investimentos*, peça contábil elaborada pelo Banco Central sobre os estoques de ativos e passivos envolvendo residentes e não residentes.

<b>Contas Externas – valores de estoques em US\$ milhões</b>			
<b>item</b>	<b>2001</b>	<b>2011*</b>	<b>2011/2001</b>
Reservas internacionais	35.866	352.012	881,46
Investimentos Externos Diretos	121.948	668.793	448,42
Investimentos em Portfólio	151.741	591.282	289,67
Passivo Externo	317.146	1.459.475	360,19
<b>Passivo Externo Líquido</b>	<b>-264.975</b>	<b>-707.291</b>	166,93
<b>Crescimento real do PIB</b>			<b>45,30</b>

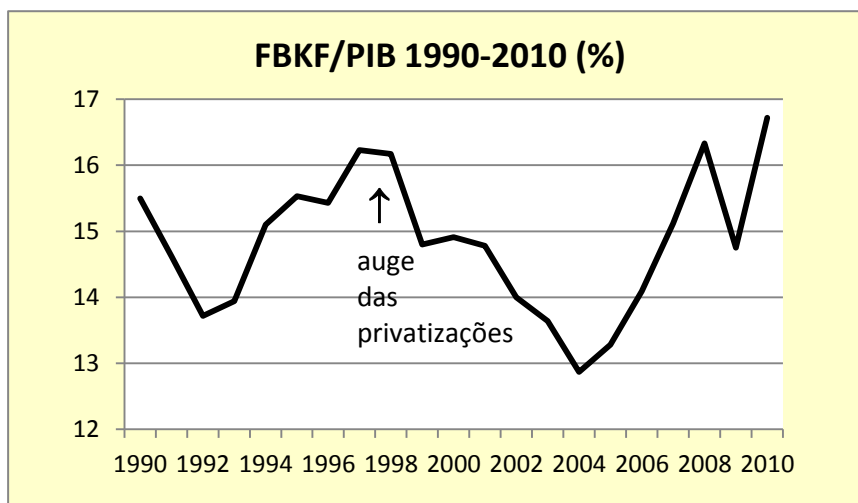
Fonte das informações primárias: Banco Central do Brasil. Elaboração própria. \*Dados preliminares



O quadro mostra com clareza que, apesar de bastante elevadas, as reservas de que hoje dispõe o país não são suficientes para cobrir o valor de nosso passivo externo de curto prazo, mesmo se o reduzirmos aos investimentos de *portfólio*, ou seja, mesmo sem incluirmos nesse conjunto a chamada dívida externa de curto prazo (cujo estoque ao final de 2011 era de cerca de US\$ 50 bilhões). Além disso, o PIB brasileiro cresceu apenas 45,3% entre 2001 e 2011, enquanto o passivo externo líquido cresceu quase quatro vezes mais no mesmo período. O problema do crescimento do passivo externo é que ele compromete a renda futura do país, pois uma parcela crescente dos ativos reais e financeiros acaba ficando nas mãos de não residentes, exigindo um envio cada vez maior ao exterior do excedente internamente gerado. É verdade que o aumento das reservas, que tem se dado a uma velocidade muito grande, confere certa segurança, digamos assim, “financeira”, ao enfrentamento dessas despesas, ou seja, ao menos de imediato, as contas externas não parecem impor restrição ao crescimento da economia. Mas não se pode esquecer da contradição que há aí, pois a elevação das reservas não se deve a um bom desempenho das contas correntes, mas, ao contrário, à enorme magnitude da chamada poupança externa, ou seja, dos mesmos capitais que ensejam o aumento do envio de recursos ao exterior e, por conseguinte, a redução da renda nacional disponível. O equilíbrio financeiro das contas externas está muito longe de representar, portanto, um sólido equilíbrio macroeconômico.

### **O papel do Estado nessa história**

O Estado sempre funcionou no Brasil como a locomotiva do processo de acumulação. No momento final da etapa desenvolvimentista, conduzido pelos militares, essa função do Estado brasileiro tinha tomado a forma de um vigoroso e bem estruturado setor produtivo estatal (SPE). Quando o Estado sai dessa cena, por força dos imperativos neoliberais, a acumulação produtiva estanca e depois regride. Ela só é retomada em meados dos anos 2000 com os investimentos estatais do *PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)*, do programa *Minha Casa Minha Vida* etc., ou seja, mais uma vez pelas mãos do Estado. Nesse sentido, é interessante notar que um dos principais argumentos levantados à época das privatizações era que o Estado não tinha condições de investir em setores fundamentais da economia, como o transporte e as telecomunicações e que, portanto, a privatização impunha-se como condição necessária para que esses investimentos fossem realizados. Sendo assim, o mínimo que se poderia esperar depois das massivas privatizações do período 1995-1998 era a manutenção da relação FBKF/PIB, já muito magra, como vimos. No entanto, o que se verifica (vide gráfico abaixo) é precisamente o contrário: o período 1999-2005 é o período de maior regressão dessa relação, fazendo com ela desça abaixo dos 13% (só para efeitos de comparação, na China, essa relação está atualmente acima dos 30%).



Fonte dos dados primários: Ipeadata. Elaboração própria.

Além dos investimentos diretos que o governo federal vai retomando (como os programas acima mencionados), ele dispõe também de um elemento adicional de grande potência para funcionar como motor do crescimento econômico, qual seja, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma instituição federal de fomento.

A instituição foi criada em 1952, em plena era desenvolvimentista, para prover crédito de longo prazo, financiar investimentos em infra-estrutura e funcionar como órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento. Nesse último papel, o BNDES teve desde seu início uma atuação contraditória, pois foi da Comissão mista CEPAL-BNDE<sup>13</sup> que surgiram as diretrizes que pautariam o acelerado processo de industrialização comandado pelas empresas multinacionais que tomou conta do país na segunda metade dos anos 1950. Mas não foi menos contraditória sua atuação como financiador de investimentos. O Banco investiu de início em energia elétrica e

<sup>13</sup> A denominação original da instituição era BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. É só a partir de 1971, com sua transformação em empresa pública, que o Banco ganha o S adicional, pois passa a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

transporte, mas foi perdendo importância com a chegada em massa dos investimentos externos que trouxeram ao país a indústria automobilística e a de eletrodomésticos.<sup>14</sup>

Nos anos 1960, com poucos recursos (suas fontes de financiamento eram basicamente tributos e eventualmente agências internacionais de fomento e empréstimos externos),<sup>15</sup> o Banco apoiou a agropecuária e as pequenas e médias empresas, enquanto nos anos 1970 investiu modestamente na construção da indústria de base (siderurgia, energia etc.).

Até esse momento, o grande entrave para o pleno funcionamento do BNDES era o montante muito reduzido e a instabilidade dos recursos de que podia dispor, já que os repasses sofriam constantes atrasos. Em 1975, o Banco passa a contar com uma fonte mais substantiva e estável, pois começa a receber os recursos oriundos do PIS (Programa de Integração Social) e do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), dois programas federais de caráter tributário que têm como fator gerador do tributo a folha de salários das empresas/instituições. Mas o grande diferencial na condição financeira do Banco e, portanto, em sua capacidade de funcionar como alavanca da expansão da infra-estrutura e da indústria pesada vem com a Constituição de 1988. Por deliberação daquela carta magna, o BNDES passa a receber 40% dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), um fundo criado para prover recursos destinados ao pagamento do salário desemprego, e que tinha

---

<sup>14</sup> A maior parte desses investimentos chegou ao Brasil driblando a questão do financiamento graças à famosa instrução nº 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão que daria mais tarde origem ao Banco Central), a qual previa a entrada de máquinas e equipamentos no país sem a necessidade de cobertura cambial.

<sup>15</sup> Quando o Banco foi criado, em 1952, criou-se também um adicional de 10% sobre o imposto de renda para funcionar como fonte de recursos. O montante desses tributos, no entanto, era diminuto, nem de longe se comparando ao atualmente existente.

justamente no PIS e PASEP suas fontes maiores de recursos, ainda que não se restringisse a elas.

Contudo, o primeiro grande episódio em que se envolve o BNDES depois dessa mudança fundamental em sua situação financeira é o acelerado processo de privatizações, que têm lugar a partir de 1995. Nesse processo, o Banco vai funcionar não como mecanismo capaz de estimular o desenvolvimento industrial nacional visando a conquista de maior autonomia em nosso processo de acumulação, mas ao contrário, como fiador da perpetuação de nossa condição heterônoma, uma vez que o processo de privatização acabou por resultar na internacionalização de boa parte do capital produtivo do país em áreas como comunicações, energia elétrica e mineração.<sup>16</sup> Ao financiar o processo de privatizações, emprestando em muitos casos, volumosos recursos a não residentes para que pudessem adquirir os vistosos ativos reais então em mãos do Estado, o Banco não auxiliou no aumento da capacidade produtiva interna, não atuou como elemento dinamizador dos investimentos domésticos e muito menos como fomentador de uma política nacional de desenvolvimento. Ao contrário, permitiu tão somente a troca de mãos de um patrimônio já existente, contribuindo fortemente para o processo de desnacionalização da infra-estrutura produtiva do país.

A partir da ascensão de Lula até agora, o Banco tem se dedicado prioritariamente a financiar os processos de fusões e aquisições, visando consolidar grandes grupos de

---

<sup>16</sup> Dos ativos privatizados nos governos de FHC (período 1995-2002), 53% foram parar nas mãos de investidores estrangeiros. A maior parte deles pertencia a empresas dos setores de telecomunicação (35%) e elétrico (31,8%), vindo, na sequência, os setores de mineração (9,4%) e financeiro (6,8%). Vide a respeito Landi, 2010.

capital, em princípio, de origem nacional.<sup>17</sup> Assim, o BNDES continua a destinar boa parte de seus recursos não para fomentar o investimento e a ampliação da capacidade produtiva doméstica, mas para viabilizar a simples troca de mãos de patrimônio já existente. A diferença em relação ao período do governo FHC é que os grupos contemplados são prioritariamente de capital nacional, enquanto no primeiro caso, o capital estrangeiro é que era o maior beneficiário.

Atualmente o BNDES mobiliza recursos anuais da ordem de US\$ 90 bilhões,<sup>18</sup> montante três vezes maior do que o volume mobilizado pelo Banco Mundial e dez vezes maior do que o operado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas boa parte desses recursos dirige-se fundamentalmente e cada vez mais às grandes empresas e aos grandes grupos de capital (esses grupos foram os beneficiários de 83% de todos os desembolsos do Banco em 2009, contra 70% em 2003). Além disso, os setores associados justamente à produção de *commodities* (carne, soja, minérios), têm sido crescentemente apoiados pelo Banco contribuindo assim para perpetuar e solidificar nosso papel de produtores e exportadores de bens primários e de baixo conteúdo tecnológico, enquanto o setor industrial regride (e essa regressão não se resume à queda da participação da indústria, em particular de seus ramos mais

---

<sup>17</sup> Digo “em princípio”, porque mesmo isso (promover o fortalecimento do capital nacional) nem sempre foi verdadeiro na história recente do BNDES. Em 2010/2011, por exemplo, o Banco chegou a cogitar a possibilidade de emprestar uma vultosa soma para viabilizar a fusão do grupo nacional de redes varejistas *Pão de Açúcar*, com o grupo francês *Carrefour*, do mesmo ramo, o qual passaria a ter o comando do novo conglomerado. Os protestos e ameaças de contestação jurídica de outro grupo francês (o *Casino*), que seria com isso prejudicado em relação a acordo que fizera uma década antes com o empresário Abílio Diniz, então dono do grupo nacional, impediram a consumação do negócio. Não fosse isso, o BNDES, como nos bons tempos de FHC, teria patrocinado, com recursos públicos obtidos a partir das folhas de salários dos trabalhadores brasileiros, a consolidação de uma enorme fusão de capital em benefício do capital externo.

<sup>18</sup> A informação encontra-se em matéria sobre os 60 anos do BNDES publicada no n° 262 março-abril de 2012 da revista *Rumos*, publicação da ABDE (Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento)

dinâmicos, no valor adicionado total e nas exportações, mas atinge a própria capacidade que hoje têm esses setores de se manter em linha com o desenvolvimento tecnológico internacionalmente alcançado).

Finalmente, não é demais observar que a principal e mais estável fonte de recursos do Banco parece dar sinais de esgotamento. Estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada),<sup>19</sup> órgão de pesquisa oficial e vinculado ao governo federal, mostra que os recursos do FAT vêm se expandindo a uma velocidade inferior à das demandas pelos benefícios sociais que o fundo deve atender (salário desemprego e abono salarial),<sup>20</sup> fazendo com que o Tesouro Nacional tenha que aportar recursos cada vez mais substantivos para viabilizar a continuidade dos financiamentos operados pela instituição (em 2007, o FAT representava 62% da estrutura passiva do BNDES, participação que cai para 24% em 2010; de outro lado, a participação do Tesouro Nacional passa de 7% em 2007 para 46% em 2010). Ora, isso volta a trazer à instituição a possibilidade de um comportamento instável de seus desembolsos, pois o aporte direto de recursos do Tesouro é permanentemente questionado e pode sofrer abalos substantivos em períodos de descenso conjuntural. Assim, mesmo que o Banco mude sua política e passe a financiar os investimentos necessários para superação de nossa condição heterônoma, terá de enfrentar um panorama muito mais incerto, em particular se houver um aprofundamento da crise internacional ora experimentada.

---

<sup>19</sup> *Brasil em Desenvolvimento 2011 – Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, capítulo 9 (volume II).

<sup>20</sup> Apesar da retomada do emprego, a elevação da demanda de recursos para pagamento de salário-desemprego explica-se pela elevada taxa de rotatividade da mão de obra na economia brasileira – em particular em setores como construção civil e agricultura – e pelo aumento da formalização do emprego, ocorrido nos últimos anos.

De tudo que foi até aqui exposto é obrigatório concluir que, mesmo o Estado dispondo de importantes instrumentos de intervenção – que sobreviveram ao assalto neoliberal – como o BNDES e outros bancos estatais (Banco Nacional do Nordeste, Banco da Amazônia etc.), a economia brasileira é hoje uma economia financeirizada, com um acelerado processo de centralização de capitais<sup>21</sup> e completamente integrada ao capitalismo rentista dominante. A principal ferramenta para a engorda dos recursos de rentistas internos e externos é o Estado. É o Estado que vem sustentando, a quase duas décadas, sem nenhuma razão teórica ou empírica que a justifique, a maior taxa real de juros do mundo.<sup>22</sup> Por essa via, ele destina uma parte substantiva da renda real gerada pela economia brasileira para a sustentação do rentismo. Do ponto de vista externo, isso significa que uma parte da mais valia extraída dos trabalhadores torna-se renda de não residentes detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles. Colocando-se como emergente plataforma de valorização financeira, a economia brasileira atrai capital de forma crescente, o que sobrevaloriza ainda mais nossa moeda, aumentando os ganhos e fechando o circuito. Com a taxa de câmbio valorizada, ficam também muito mais baratas as transferências de lucros e dividendos para o exterior, o que estimula essas remessas.

---

<sup>21</sup> O termo é do jargão marxista e refere-se ao processo de elevação do tamanho médio das empresas, corporações e grupos empresariais e do consequente aumento do poder de mercado dessas instituições. No Brasil, só em 2007, foram 333 operações de fusão e aquisição, contra uma média de 140 operações nos dez anos anteriores. Ver a respeito Galvão, 2010.

<sup>22</sup> A partir de agosto de 2011, já na gestão Dilma, o Banco Central começa um processo de redução da taxa básica de juros (SELIC), que sai dos então 12,5% ao ano para os atuais (maio de 2012) 9,0%. Mesmo assim, trata-se de uma das taxas mais elevadas do mundo.



Assim, não precisamos mais da troca desigual, que caracterizou a segunda e, parcialmente, também a terceira fase de nossa inserção externa, para transferir renda para o Centro (os termos de troca, aliás, nos são agora amplamente favoráveis). Tampouco precisamos dos juros escorchantes cobrados pelos credores externos, característicos da quarta fase. Agora, a combinação de câmbio flutuante com elevadíssimas taxas de juros, faz isso de modo muito mais eficiente. Internamente, essa situação permite a expansão dos lucros, sem a concomitante acumulação produtiva, além da enorme elevação dos ganhos dos setores estritamente financeiros, como o bancário, o que gera enorme pressão para a manutenção da política.

Não é demais lembrar que é também o Estado que patrocina a distribuição de recursos dos trabalhadores para viabilizar a formação do grande capital, com a consequente geração de capital fictício que normalmente a acompanha. No Brasil, não é, portanto, apenas através dos fundos de pensão que o sistema transforma em rentistas cada um dos trabalhadores, mas é através de mecanismos como o BNDES que se transforma a classe trabalhadora como um todo em “rentista”. Ainda que seus ganhos sejam magros, essa posição obriga-a a torcer para o capital e, mais ainda, para o capital fictício, que afinal é gerido pelos próprios trabalhadores.

Em resumo, pode-se dizer que a economia brasileira de hoje insere-se no cenário mundial como emergente plataforma de valorização financeira, garantindo ganhos inigualáveis num mundo em que as taxas de juros reais são nulas ou negativas. É evidente, portanto, a contínua transferência de renda para rentistas não residentes. A consequência mais preocupante é o desmonte da estrutura produtiva que a resultante valorização da moeda doméstica continuamente produz. O dinamismo de nossa

economia hoje está no consumo (alavancado, por sua vez, pela extensão do crédito a faixas de renda antes dele excluídas e pela melhora distributiva) e na demanda externa centrada em *commodities* e bens de baixo valor agregado. Não é preciso muita sofisticação macroeconômica para concluir que, do ponto de vista da lógica capitalista, um arranjo desse tipo não tem autonomia e deve encontrar sérios obstáculos pela frente, particularmente num mundo sacudido por crises financeiras, como é da natureza desta quadra da história capitalista.

Para completar o quadro de análise sobre o papel do Estado brasileiro seria preciso analisar os elementos que lhe conferiram notoriedade a partir da ascensão de Lula, quais sejam a adoção e intensificação de programas sociais, com destaque para o Bolsa-Família, e a melhora lograda no perfil distributivo. A discussão dessas importantes questões será feita nas considerações finais e perspectivas apresentadas na próxima seção.

### **As perspectivas para o Brasil (à guisa de conclusão)**

O tom pessimista da avaliação aqui apresentada choca-se com o cenário otimista que vem sendo traçado para a economia do país nos últimos anos. Os argumentos levantados para justificar essa visão positiva centram-se basicamente em dois fatores: 1) a performance da economia brasileira no pós crise de 2008, com a rápida retomada do ritmo de crescimento; e 2) a alteração no perfil distributivo do país, com o

surgimento da assim chamada “nova classe média”.<sup>23</sup> Investiguemos então esses dois temas, iniciando pelo último.

É palpável a melhora dos indicadores sociais do Brasil nos últimos anos, particularmente os referentes à distribuição da renda. O índice de gini passa de 0,589 em 2002 para 0,543 em 2009, caindo sistematicamente em todos os anos da série. No mesmo período, o número de domicílios extremamente pobres reduz-se de 5,5 para 3,3 milhões, enquanto que o número de domicílios pobres cai de 13,7 para 9,3 milhões.<sup>24</sup> Apesar do foco da mídia recair sempre nos programas de renda compensatória, particularmente no Bolsa Família (que atinge hoje cerca de 11 milhões de domicílios), esses resultados não teriam sido alcançados, pelo menos não na magnitude observada, na ausência do crescimento do salário mínimo real, o qual elevou-se 53% entre 2003 e 2010.

A influência do comportamento do valor do salário mínimo está longe de reduzir-se a seus impactos no mercado de trabalho propriamente dito. Bem ao contrário, sua importância maior vincula-se ao sistema previdenciário e de pagamento de benefícios pelo governo. Considerando-se os BPCs (benefícios de prestação continuada para idosos de baixa renda e portadores de deficiência) e as aposentadorias rurais (todos direitos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988), bem como as aposentadorias urbanas, temos um total de cerca de 18 milhões de benefícios do INSS

---

23 Designação dada aos cerca de 30 milhões de pessoas que, nos últimos anos, teriam migrado das classes D e E para a classe C.

24 A definição de “extremamente pobre” baseia-se na estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, considerando-se as recomendações da FAO e da OMS. A definição de “pobre” baseia-se num valor que é o dobro do valor encontrado para a definição de “extremamente pobre”. Os números são do IBGE.

no valor de um salário mínimo, constituindo, este sim, o verdadeiro programa de renda mínima do país. Isso significa que, direta ou indiretamente, pelo menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus rendimentos da ordem de 50%.<sup>25</sup> Se associarmos a isso a retomada, a partir de 2004, do crescimento econômico e do emprego, depois de praticamente duas décadas de estagnação, explica-se muito facilmente o celebrado surgimento da nova classe média.

Socialmente, é evidente a diferença que tais mutações produzem num país secularmente marcado por uma desigualdade ímpar. Economicamente, é inegável o impacto que tais transformações têm na dinâmica do sistema, tendo em vista a magnitude do efeito multiplicador que elas propiciam, em particular se somarmos a esse cenário a bancarização da população de baixa renda, com o respectivo acesso ao crédito, e a larga difusão do expediente do crédito consignado.

Como o leitor já adivinha, são também essas as causas do segundo dos fatores que sustenta a visão otimista, qual seja, a rápida retomada do crescimento econômico no período posterior à deflagração da crise internacional do final de 2008. Descongelado o crédito bancário por força da atuação das instituições bancárias ainda em mãos do Estado (BNDES, Banco do Brasil, CEF), a economia brasileira retoma, sem grande dificuldade, já em meados de 2009, a marcha acelerada que o contexto anterior de redução da desigualdade distributiva vinha orquestrando.<sup>26</sup> Como, dadas as

---

<sup>25</sup> Utilizamos, para a estimativa dos 60 milhões aqui mencionada, o tamanho médio da família brasileira, que é, hoje, de 3,3 pessoas segundo o IBGE.

<sup>26</sup> É claro que o empurrão dado pela redução do IPI para automóveis e vários eletrodomésticos ajudou na retomada, mas ele seria inócuo se o poderoso impulso anterior não existisse.

peculiaridades de estruturação e funcionamento de nosso sistema bancário e financeiro, o impacto da crise por aqui foi apenas indireto, a abrupta desvalorização do câmbio por ela provocada, bem como algumas quebras espetaculares produzidas pela reversão do jogo das apostas com derivativos cambiais, não foram suficientes para refrear por muito tempo os impulsos dinâmicos que as transformações em curso estavam alimentando. Em paralelo, a abundância de divisas que duas décadas de juros reais superlativos produziram permitiu que essa retomada se desse sem grandes constrangimentos para o fechamento das contas externas, que praticamente não sentiram a perda de mais de US\$ 20 bilhões produzida pela crise.<sup>27</sup>

Isto posto, as perguntas que cabem fazer dizem respeito à sustentabilidade do arranjo assim disposto, bem como à sua capacidade de tornar permanentes as conquistas até agora obtidas. Em primeiro lugar cabe questionar as possibilidades que tem a alteração no perfil distributivo de assentar-se e produzir melhoras ainda mais expressivas. Como apontado anteriormente, essa melhora deve-se substantivamente ao aumento do salário mínimo real e à retomada do próprio crescimento (que faz crescer o emprego e empurra o salário médio e a massa salarial), sendo apenas subsidiariamente devedora dos programas de renda compensatória. Em contraste, é sobre este último elemento que recai a maior probabilidade de permanência, não se podendo traçar a mesma perspectiva para os dois anteriores. A continuar o quadro de indefinição da economia mundial que o agravamento da crise na Europa prenuncia, é muito pequena a possibilidade de o crescimento econômico retomar o ritmo necessário para continuar a fazer crescer o nível de emprego. Ao contrário dos 6,5 a

---

<sup>27</sup> O saldo do balanço de pagamentos no último trimestre de 2008 foi negativo em US\$ 21 bilhões.

7,0% que então se almejava, as expectativas agora giram em torno dos 3,5 a 4,0% para os próximos anos.<sup>28</sup> Com a redução do crescimento e, por tabela, dos recursos de que dispõe o Estado, deve ficar mais difícil perpetuar a política de crescimento do salário mínimo real, pois os recursos aí envolvidos são de grande monta, ao contrário dos minguados recursos que o Bolsa Família absorve.

Assim, ainda que seja possível continuar a reduzir o contingente dos extremamente pobres, o incremento na redução dos pobres deve ser cada vez menor, tornando distante o sonho de fazer do Brasil um “país classe média”. Tal situação, evidentemente, deve reduzir os impulsos dinâmicos advindos do movimento redistributivo, refreando ainda mais o crescimento, num quadro já piorado, como adiantamos, pelo recrudescimento da crise na Europa. É verdade que o crédito pode, em parte e temporariamente, compensar esse déficit de dinamismo, mas não é demais lembrar que ele pode igualmente provocar um desequilíbrio entre ativos e passivos no âmbito das famílias que pode tornar mais graves as consequências de um novo *round* de crise financeira vinda de fora.

É preciso, contudo, lembrar que, mesmo na hipótese de um cenário bem menos ruim, uma dinâmica macroeconômica assentada no consumo não é, por definição, sustentável, principalmente num contexto em que se vive cada vez mais de poupança externa, com contínuos vazamentos para o exterior de parte considerável dos impulsos de demanda internamente gerados. A situação é ainda mais preocupante se considerarmos a desindustrialização da economia e a reprimarização de nossa pauta de exportações.

---

<sup>28</sup> Vide o crescimento de 2011, de 2,7%, quando comparado ao de 2010, de 7,5%.

Assim, de uma perspectiva de longo prazo, a única possibilidade de consolidar o novo perfil distributivo tornando-o ainda menos desigual é colocar o foco no investimento como elemento dinâmico da demanda efetiva. Dada a secular letargia do investimento privado no país, cabe ao Estado a iniciativa de fomentá-lo e ele tem em mãos os instrumentos para isso, pois possui um banco de desenvolvimento e empresas estatais, além dos próprios recursos públicos destinados à formação bruta de capital. Despender recursos em infra-estrutura e moradia é o caminho correto não só para conferir autonomia ao dinamismo da economia brasileira, como para alavancar o próprio processo de inovação tecnológica, condição *sine qua non* para que a economia atinja sua maturidade.

Mas é preciso, ao mesmo tempo, combinar a alteração no perfil da oferta que a transformação no perfil distributivo requer com a reinternalização do impulso dinâmico que ele produz, hoje parcialmente desviado ao exterior. Assentar o consumo de massa na poupança externa ao invés de na produção doméstica é receita certa para o desastre e a reversão social. Mais uma vez o Estado tem instrumentos para refrear, ao menos parcialmente, esse processo, bastando para tanto que deixe de funcionar como plataforma de valorização financeira, utilizando a política monetária para reduzir os ganhos rentistas destinados ao investimento financeiro externo. Pode-se igualmente combinar a redução dos juros com a taxaço dos superlucros que os setores beneficiados com a alta exponencial dos preços das *commodities* vêm auferindo.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> A proposta, discutida em alguns seminários ao longo de 2010 e 2011, é do Prof. Franklin Serrano do IE-UFRJ.

Desfazendo as inversões que marcam a dinâmica econômica hoje em curso, o Estado terá recursos para, sem prejuízo da manutenção dos programas de renda compensatória, continuar a elevar o valor real do salário mínimo, consolidando a melhora do perfil distributivo e adensando o círculo virtuoso do crescimento que uma economia como a brasileira tem toda condição de pôr em marcha.<sup>30</sup> Em entrevista recente,<sup>31</sup> o Prof. Ricardo Bielschowsky afirmou com razão que o Brasil tem hoje um diferencial em relação a vários outros países no que concerne à sua capacidade de sustentar um círculo virtuoso de crescimento, pois dispõe em simultâneo de três poderosos motores: a magnitude de seu mercado interno, as perspectivas favoráveis quanto aos investimentos em infra-estrutura (incluindo residências), e uma forte demanda por seus recursos naturais. Mas, para aproveitar essas virtualidades e conseguir dar o salto que o país requer, é preciso não transformar a formação de capital fixo em variável dependente, o dinamicismo decorrente da redução da desigualdade em necessidade crescente de poupança externa e a bonança natural em “maldição”. Considerada a situação como agora se encontra, parecem ser esses os caminhos por enquanto escolhidos. É, por isso, no mínimo precipitado considerar que passamos a ter, principalmente a partir da segunda gestão Lula, novamente um Estado desenvolvimentista.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Não é demais observar que, sendo vitorioso esse cenário, reduzir-se-á sobremaneira o montante de recursos despendido com programas do tipo Bolsa Família, uma vez que eles se tornarão cada vez menos necessários.

<sup>31</sup> Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2012.

<sup>32</sup> Com profusão de informações e indicadores, Gonçalves (2012) assevera a tese de um nacional-desenvolvimentismo às avessas que teria sido praticado pelo governo Lula. A julgar pelo que vimos, não podemos deixar de dar-lhe razão e sem mudanças firmes na forma de intervenção do Estado e na forma de utilização dos instrumentos de que ainda dispõe não haverá mudança substantiva neste e nos próximos governos.



É o Estado que tem em suas mãos as condições para transformar esse cenário e tornar efetividade a segunda possibilidade que o país parece ter para ganhar autonomia em seu processo de desenvolvimento.<sup>33</sup> Na ausência dessa transformação o país continuará na mesma trilha da inserção dependente que abriu há mais de 500 anos e que vai se transformando de tempos em tempos mantendo-nos no mesmo lugar. Não será possível então manter as modestas conquistas sociais conseguidas na última década, menos ainda avançar na direção desejada, de um país mais igualitário, com uma fratura social menos exposta, com direitos verdadeiramente universais.

## Referências bibliográficas

- BRUNO, M. (2009). Acumulação de Capital e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006. In Sicsú, J. e Miranda P. (org.) *Crescimento Econômico – Estratégia e Instituições*. Rio de Janeiro, IPEA.
- CHESNAIS, F. (1998). *A Mundialização Financeira* (Introdução). São Paulo, Xamã.
- COSTA PINTO, E. (2010). *Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e o novo eixo sino-americano*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia - UFRJ
- GALVÃO, C. B. (2010). “Fusões e Aquisições: uma outra forma com a mesma essência”. In: Marques, R. M. e Ferreira, M. R. J. (org.) *O Brasil sob a Nova Ordem*. São Paulo, Saraiva.

---

<sup>33</sup> Refiro-me aqui a uma segunda possibilidade, considerando ter sido a primeira o ciclo de industrialização que fechou-se com os investimentos do IIPND no final dos anos 1970. Mas ela perdeu-se, primeiro, pelo comando do capital internacional nos setores mais dinâmicos da indústria, segundo pela condução conservadora e regressiva que os militares lhe deram desde 1964 e, mais tarde, pelo tsunami neoliberal que tomou de assalto nossos governantes civis.

- GONÇALVES, R. (2012) O Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às avessas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 31, fev., pp. 5-30
- HARVEY, D. (2006). *Limits to Capital*. London. Verso.
- IPEA (2012). *Brasil em Desenvolvimento 2011 – Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, IPEA.
- LANDI, M. (2010). “A Evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infra-estrutura”. In: Marques, R. M. e Ferreira, M. R. J. (org.) *O Brasil sob a Nova Ordem*. São Paulo, Saraiva.
- PAULANI, L. (2008). *Brasil Delivery*. São Paulo, Boitempo.
- PAULANI, L. e PATO, C. (2005). Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil do último quarto de século. In: Paula, J. A. (org.). *Adeus ao Desenvolvimento*. Belo Horizonte, Autêntica.